

**1Ata da 38ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades
2realizada nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro de 2013.**

3

4No dia trinta de setembro de dois mil e treze, no auditório do Ministério das Cidades,
5nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da Trigésima Oitava Reunião do Conselho das
6Cidades – ConCidades - mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento
7Interno deste Conselho. O Secretário-Executivo do ConCidades, Senhor Carlos Vieira,
8abriu os trabalhos saudando a todos (as) e passou a palavra ao Ministro das Cidades,
9Aguinaldo Ribeiro. O Ministro cumprimentou todos os presentes, começando por
10destacar a importância da 5ª Conferência Nacional das Cidades e informando as ações
11do Ministério das Cidades em apoio às Conferências Estaduais, que já foram concluídas,
12exceto a do Rio de Janeiro. O Ministro ressaltou a importância do anúncio do Pacto pela
13Mobilidade Urbana. Diante de matérias negativas ultimamente veiculadas pela mídia,
14ele enfatizou o valor e a contribuição que as entidades que trabalham com este
15Ministério têm para o programa Minha Casa Minha Vida. Após os relatos do Ministro,
16o Secretário-Executivo abriu a palavra aos presentes. A Conselheira Neusa dos Santos
17comunicou a importância de ser produzido um texto que contenha o registro do trabalho
18elaborado pelo Conselho das Cidades, relacionando os avanços em termos de legislação
19e criação de programas, quais foram os atores que participaram de todos os segmentos e
20do Ministério. O Conselheiro Gilberto Aguiar abordou a importância da presença do
21Presidente do Conselho nas reuniões principalmente na abertura; afirmou que sua
22agenda tem que contemplar o início da reunião e da plenária final. O Conselheiro
23Bismarque Miranda relatou um problema no Estado de Tocantins em relação à
24construção de três mil unidades habitacionais, no valor de sessenta e dois mil reais cada
25com área útil de quarenta e dois metros quadrados, em que nenhuma empresa quis
26construir os apartamentos alegando que não aufeririam lucro. Pediu que o valor fosse
27revisto para não prejudicar os projetos. O Conselheiro Manuel Xavier falou da
28importância da inclusão dos pequenos municípios de uma forma diferenciada para que
29eles possam participar nas Conferências Estaduais. Acrescentou que é fundamental que
30os Secretários estejam presentes em todas as reuniões independentemente de o assunto
31ser ou não de sua Secretaria. Sugeriu que fossem convidados para a Conferência
32Nacional todos os Ministros das Cidades anteriores para ajudar a fortalecer o trabalho
33desenvolvido. Encerrada a participação dos conselheiros, o Secretário-Executivo passou
34a palavra ao Ministro. Solicitou-se retirar o banner por não refletir o conteúdo e a visão
35do Conselho, pois há categorias como afrodescendentes e cadeirantes não representados.
36O Ministro concordou e solicitou a retirada do banner. Em seguida informou que o
37Plansab será entregue até o final do ano. O Secretário-Executivo procedeu à leitura da
38pauta: Dia 30 de setembro teve abertura, com aprovação da pauta e da ata da trigésima
39sétima reunião. A Reunião dos Comitês Técnicos começa às 13h30min e vai até o final
40do dia. Dia 1 de outubro início com tema de conjuntura: O Sistema Nacional de
41Desenvolvimento Urbano e a Conjuntura Atual, às 14 horas; após, as reuniões dos
42GT's, e às 17 horas reuniões dos segmentos e reunião de sistematização das resoluções;
43no dia 2 os quatro relatos dos Comitês Técnicos. O Conselheiro Nazareno Stanislau
44informou que o Movimento pelo Direito do Transporte e a Frente Parlamentar dos
45Transportes Urbanos estão completando 10 anos de luta e terão um café da manhã
46político na Câmara; assim, propôs a troca de horário do relato do Comitê de Mobilidade
47com o de Saneamento. O Conselheiro Carlos Comasseto informou que na última
48reunião do Conselho seu celular desapareceu. O Secretário-Executivo colocou em
49votação a pauta, que foi aprovada por unanimidade, bem como a ata da trigésima sétima
50reunião. **SEGUNDO DIA:** No início da manhã, o Secretário Executivo apresentou os

51segmentos presentes e partiu para a composição da mesa e a discussão do tema de
52conjuntura atual: As Manifestações de Rua de Junho no Brasil, o Conselho das Cidades
53e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, com palestras de Wellington
54Pantaleão da Silva, da Secretaria Geral da Presidência da República e de Renato Balbin,
55do IPEA. Ao término das palestras, a palavra foi passada para a Senhora Levina,
56representante da delegação de Gana que fez o seguinte relato: informou que objetivava
57conhecer as estratégias que o Brasil utiliza e a intenção de intercambiar experiências
58quanto ao desenvolvimento urbano. O debate que seguiu às exposições esteve colado ao
59tema das manifestações. Destacaram-se comentários sobre o fato da Comissão de
60Articulação Federativa da Presidência da República (CAF) ter ficado responsável pela
61análise das propostas para o Pacto da Mobilidade e criticou-se não participar dela o
62Conselho das Cidades/Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.
63Advertiu-se que quando distribuem os recursos os Ministérios do Planejamento, da
64Fazenda e a Secretaria Geral da Presidência da República não tiveram os indicativos do
65Conselho e que grandes recursos estão indo diretamente para as prefeituras e
66empresários sem participação popular nem controle social. Houve ainda algumas
67manifestações sobre a necessidade da gestão do transporte público ser exercida pelo
68poder público, pois atualmente, a planilha de custos do transporte público é
69desconhecida. A Conselheira Solange Bergami solicitou constar em ata que não houve
70discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Secretário-Executivo
71ressalvou que o tema escolhido pela Coordenação Executiva foi o Pacto da Mobilidade
72e a conjuntura das mobilizações, e que o Sistema foi debatido na última Reunião do
73Conselho. **TERCEIRO DIA: Relatos dos Comitês.** O Conselheiro Miguel Lobato fez
74uma proposta aos quatro movimentos para que oito conselheiros(as) representando o
75Conselho comparecessem à audiência pública na Câmara dos Deputados, sobre os
76despejos na área do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. **1. Relato da reunião do Comitê**
77**Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano:** representando a Secretaria de
78**Programas Urbanos**, Carolina Baima relatou que houve discussão a respeito dos
79impactos socioambientais do Porto do Açú, de São João da Barra - RJ. Em função dos
80danos resultantes desse empreendimento de grande porte foi aprovada a 1ª resolução,
81deliberando que o Ministério das Cidades solicite à Procuradoria Federal dos Direitos
82do Cidadão que instaure ação civil pública para a proteção do patrimônio público e
83social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos da população de São
84João da Barra. Generalizando a mesma questão dos impactos foi aprovada a 2ª
85resolução, que dispõe sobre a inserção do tema da gestão de impactos urbanos no
86âmbito do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, a ser analisado pelo GTI que
87vai tratar do assunto. Foi inicialmente suprimida por 11 votos a 10. Em momento
88posterior foi votado recurso e aprovada a resolução com 15 votos a favor. A seguir os
89conselheiros foram convidados a participar da Oficina de Reabilitação com Justiça
90Social dias 10 e 11 de outubro. Carolina Baima informou o envio aos conselheiros do
91Comitê de Planejamento de minuta da Instrução Normativa sobre a aplicação de
92recursos do FGTS nas operações urbanas consorciadas. Relacionou, a seguir, a pauta
93para a próxima reunião do Comitê: subutilização urbana, seminário dos impactos de
94grandes obras e o balanço das atividades do Comitê. Em seguida foi apresentado pelo
95Conselheiro André o relato da reunião do GT de Conflitos Urbanos. O conselheiro
96lamentou a ausência de autoridades com poder de decisão, bem como a falta de
97estrutura adequada para o tratamento dos conflitos fundiários urbanos no Ministério das
98Cidades. Vinculada a essa questão, foi feita uma exposição sobre a elaboração de um
99decreto presidencial, no intuito de criar um comitê para mediação de conflitos urbanos,
100dentro da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

101Vários conselheiros foram contrários à posição manifestada por órgãos do Ministério
102das Cidades no sentido de que não fosse sua a coordenação desse comitê. Foi acordada a
103elaboração de uma resolução para manifestar a posição do Conselho a respeito do
104assunto. 2. Relato da reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. O Diretor
105Ernani de Miranda relatou as dificuldades técnicas dos municípios na preparação dos
106planos municipais de saneamento, daí a decisão de realizar um seminário, com a
107participação de universidades, para a capacitação na elaboração de planos municipais de
108saneamento, que foi objeto de uma proposta de resolução. A seguir tratou do andamento
109das solicitações feitas pelas entidades representadas pela Frente Nacional do
110Saneamento Básico para a desoneração dos prestadores de serviços básicos por meio da
111criação de um fundo que vai receber valores referentes ao PIS/COFINS. Nesse sentido a
112Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental comprometeu-se em intensificar os
113estudos e contatos com o Governo. Durante o debate, um conselheiro mencionou a
114estrutura de pessoal insuficiente no Ministério para levar a cabo as ações necessárias.
115Propôs que a próxima gestão do Conselho tenha como primeiro ponto de pauta uma
116reunião com a Presidenta para debater o assunto. O Diretor Ernani de Miranda relatou
117que o Governo Federal tem se empenhado na solução desse problema, e inclusive criou
118a carreira de Analista e Especialista em Infraestrutura que tem competências voltadas
119para o desenvolvimento do país. 3ª Em seguida, foi apresentada para votação resolução
120deliberando que o Ministério das Cidades revogue a Portaria nº 280 de 25 de junho de
1212013, restabelecendo a vigência do item 19.4 do art. 1º do Manual de Instruções para
122Contratação e Execução dos Programas e Ações. Após a leitura do texto esclareceu-se
123que o artigo 19.4 do Manual vedava a transferência de recursos do OGU para
124empreendimentos se os serviços fossem repassados para a iniciativa privada, caso não
125tivessem funcionalidade imediata. A Portaria nº 280 autorizou a transferência dos
126recursos para empresas privadas, na modalidade não onerosa da concessão. O Diretor
127explicou que a alteração obedecia ao dispositivo da Lei 11.445/2007. Contra
128argumentou-se que a medida podia estimular a privatização do setor, o que impediria a
129universalização do saneamento. A Resolução foi aprovada pela maioria. 4ª Foi
130apresentada resolução que recomenda a elaboração dos planos municipais de
131saneamento básico através de ampla mobilização da sociedade e execução de programa
132de capacitação firmando convênios e parcerias; foi aprovada com os devidos ajustes
133registrados. 3. Relato da reunião do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e
134Mobilidade. O Conselheiro Nazareno Stanislaw expôs como foi a construção da minuta
135de resolução do Pacto da Mobilidade, que deveria ser apresentada na 5ª Conferência
136Nacional das Cidades, ao longo de cinco reuniões com representantes do Governo e da
137sociedade civil. Informou que o texto foi fechado em reunião do Comitê de Articulação
138Federativa (CAF), com a presença de três representantes do Conselho, às vésperas da
13938ª Reunião. Acrescentou, ainda, que o CAF promulgou uma resolução em que inclui o
140Ministério das Cidades no GT para o Pacto, mas não incorporou o Conselho das
141Cidades. Em virtude de sua complexidade, decidiu-se fazer uma revisão da resolução do
142Pacto para apresentação em momento posterior da Reunião. 4. Relato da reunião do
143Comitê Técnico de Habitação. A representante da Secretaria, Júlia Bittencourt procedeu
144ao relato, destacando a publicação da importante Portaria nº 317, sobre reassentamento
145involuntário, e advertiu da necessidade de os conselheiros fiscalizarem o seu
146cumprimento. Informou que a IN 08, que trata do trabalho social, está em processo de
147revisão, disponível para os conselheiros fazerem comentários. Em desagravo às
148entidades atacadas pela mídia, foi apresentada e aprovada moção de apoio ao programa
149Minha Casa Minha Vida Entidades. Em seguida foi apresentada a 5ª proposta de
150resolução que recomenda a equiparação de valores de produção de unidades

151 habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades em capitais regionais
152 aos valores praticados nas capitais estaduais. A resolução foi aprovada, mas como
153 engendrou nova discussão referente à falta de isonomia entre os valores recebidos por
154 municípios de portes diferentes, em âmbito nacional, deliberou-se que o assunto teria
155 continuidade na próxima reunião do Conselho. A 6ª proposta apresentada e aprovada
156 refere-se à destinação de recursos para equipamentos públicos no programa Minha Casa
157 Minha Vida Entidades, no sentido de prover ao FDS as mesmas regras que gozam os
158 empreendimentos do FAR. A 7ª proposta apresentada e aprovada recomenda a
159 reabertura do processo de seleção pública para Apoio à Urbanização de Assentamentos
160 Precários e Assistência Técnica no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
161 Social. O Conselheiro André, propondo a 8ª resolução, resgatou a deliberação ocorrida
162 durante o Relato do Comitê de Planejamento a respeito da acomodação funcional dos
163 Conflitos Fundiários Urbanos, em vista da SNAPU não possuir estrutura adequada para
164 tratar a questão. Assim, o texto delibera que o Ministério das Cidades encaminhe ao
165 Conselho a documentação sobre o assunto, bem como, que seja mantida a presença do
166 Ministério das Cidades na coordenação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e
167 Monitoramento da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários
168 Urbanos e também, que haja recursos necessários para a estruturação de um órgão de
169 caráter técnico-administrativo, vinculado à Secretaria-Executiva do Ministério das
170 Cidades, para o acompanhamento de situações de conflito fundiário urbano. Os
171 membros do Comitê de Mobilidade fizeram uma reunião extraordinária para a redação
172 final da 9ª resolução, que recomenda a adoção das propostas do Comitê Técnico de
173 Mobilidade para a implantação do Pacto da Mobilidade e cria o GT do Pacto. Em
174 plenário houve discordância importante referente ao texto original, no que diz respeito à
175 criação de um fundo setorial de mobilidade, que foi rejeitado pelo Pleno. Em seguida foi
176 aprovada a 10ª proposta, que recomenda que os Ministérios das Cidades, do
177 Planejamento, Orçamento e Gestão e as Secretarias Geral, de Relações Institucionais e
178 de Assuntos Estratégicos da Presidência da República se reúnam com o Comitê Técnico
179 Nacional de Mobilidade do Conselho das Cidades para apreciação da proposta final do
180 Pacto de Mobilidade Urbana. Por último foi apresentada uma proposta de resolução (ver
181 anexo), que teve tramitação irregular, pois não obedeceu ao § 4º do art. 19 do
182 Regimento Interno do Conselho. Como era um assunto urgente, referente à sentença
183 judicial favorável à retirada de moradores da Ocupação Joana d'Arc, em Campinas,
184 acordou-se que não fosse aprovada a resolução, porém que fosse criada uma comissão
185 com participação das Secretarias de Habitação e Planejamento para fazer uma mediação
186 com a Prefeitura e com o Poder Judiciário locais a fim de dirimir o conflito. A
187 Coordenadora da reunião, Sra. Egláisa Cunha, considerou cumprida a pauta, agradeceu
188 a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

189

190

191

192

193

Aguinaldo Ribeiro
Presidente do Conselho das Cidades